



INTERSEÇÃO ENTRE O SERVIÇO SOCIAL E A TEORIA DO ARMÁRIO SOBRE VIVÊNCIAS DE SEXUALIDADE DIVERSA

MOISÉS OLIVEIRA COSTA¹
RÔMULO JÚNIOR CARDOSO OLIVEIRA²

RESUMO: A presença do armário da sexualidade na vida cotidiana de pessoas LGBTQIA+ faz com que exista uma possibilidade de dano em qualquer interação, especialmente aquelas que envolvam a prestação de serviços de inclusão social. Nesse sentido, buscamos explorar as possibilidades de interação entre a Teoria do armário e a atuação de assistentes sociais, por intermédio de uma análise qualitativa de pesquisas bibliográficas e documental. Como considerações foi possível destacar que os princípios direcionadores do Serviço Social e os órgãos de fiscalização são aspectos extremamente relevantes na garantia de mitigação dos efeitos danosos dos armários.

Palavras-chaves: Armário, serviço social, LGBTQIA+, instituições.

ABSTRACT: The presence of the sexuality closet in the daily lives of LGBTQIA+ people makes it possible to harm any interaction, especially those involving the provision of social inclusion services. In this sense, we seek to explore the possibilities of interaction between the Closet Theory and the performance of social workers, through a qualitative analysis of bibliographic and documentary research. As considerations, it was possible to highlight that the guiding principles of Social Work and inspection bodies are extremely relevant aspects in ensuring mitigation of the harmful effects of lockers.

Keywords: closet, social work; LGBTQIA+, institutions.

INTRODUÇÃO

No contexto brasileiro, em que se destaca a necessidade de artifícios para o acesso à justiça e políticas públicas por pessoas LGBTQIA+, a legislação, os programas governamentais e os sistemas de segurança pública evidenciam a dificuldade que ainda existe frente à diversidade sexual e de gênero, que se manifestam como parte da questão social. Nesse sentido, torna-se necessária a busca constante por alternativas práticas e/ou acadêmicas de compreensão dos problemas envolvendo esses tópicos. Portanto, o objetivo deste trabalho é discorrer sobre as possibilidades de interação da teoria

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS), da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Bolsista CAPES. E-mail: moisesoliveiracostaa@gmail.com; Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9218805090177515>.

² Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS), da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Bolsista FAPEMIG. E-mail: romulojroliveira@gmail.com; Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8295662787160340>.



do armário, de forma ensaiada e com base nos estudos de Eve Sedgwick e nas produções científicas referentes à atuação do Serviço Social e a interação geral com sexualidade e identidade de gênero.

Parte da definição da profissão do assistente social por Iamamoto (2006) é a de que estes profissionais representam uma mudança constante, com a capacidade de se adaptar às alterações que acontecem na sociedade contemporânea. Nesse sentido, é possível notar a indissociabilidade do serviço com a atualização das demandas que compõem o corpo social. Além disso, da presença nos campos de movimentos sociais, constantemente vistos como alvos de ideologias opostas aos princípios constitucionais e que acentuam os confrontos de classes presente na questão social (Duriguetto; Baldi, 2012).

Ao pensar nesta profissão e em diversas outras que se debruçam sobre a sociedade e seus componentes cabe destacar a paralelidade que possuem em relação às relações e identidade sociais, que, por sua vez, estão em constante movimento e alteração. Estudos sobre reconhecimento social e capitalismo, como em Fraser (2024) defendem noções de que novas compreensões sobre os fenômenos são necessárias, especialmente os que envolvem mercado, capital e identidade dos sujeitos. Ou ainda outras exposições que auxiliam na compreensão de que “Os interesses de determinados grupos sociais discriminados e oprimidos são também interesses dos assistentes sociais, pois seu fazer profissional o agravamento da questão social é uma preocupação constante” (Marcelino, 2010, p. 107).

Demandas de pessoas *queer*, referentes à comunidade LGBTQIA+ (composta por lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, *queer*, intersexuais, assexuais e outros), representam novas faces carentes de atenção e serviços especializados para atender demandas que mitiguem a vulnerabilidade que lhe afeta. E profissionais como assistentes sociais desempenham e podem desempenhar papéis importantíssimos nos avanços frente a uma compreensão ampla de sexualidade, e por consequência, luta por direitos e reconhecimento.

Para que seja possível expor as tentativas de interseção das áreas propostas, este artigo foi dividido em três partes, quais sejam: esta introdução; uma seção de desenvolvimento em que apresentamos os referenciais do armário, a profissão do assistente social e as interações desses temas; e, por fim, uma seção de considerações, que arremata a discussão criticamente.



DESENVOLVIMENTO

Iniciamos a nossa discussão apresentando os referenciais do armário, com fonte inicial na obra *Epistemology of the Closet* (1990) de Eve Sedgwick, que trata sobre a ferramenta do armário como um dispositivo de controle da sexualidade (em termos foucaultianos), e sobre o impacto que possui nas relações, na formação de binarismos, e na interação de pessoas de sexualidade diversa com o corpo social. A Teoria do armário pode ser considerada uma vertente das conhecidas Teorias *Queer*, cujo estudo se estende por diversas temáticas relacionadas à sexualidade, ao gênero e à identidade, com o estabelecimento de uma posição de crítica e rompimento com padrões outrora firmados sobre esses temas.

A principal expoente teórica é a crítica literária Eve Kosofsky Sedgwick, com um trabalho vasto que questionou posições binárias presentes no corpo social e que geram consequências na vida cotidiana e nas relações dos sujeitos com as instituições (jurídicas, assistenciais, familiares, entre outras) em decorrência da identidade sexual que lhes era inerente (Garcia, 2017).

O uso dos estudos dos armários se expande constantemente dado ao seu caráter plural de análises teóricas, literárias, institucionais e relacionais. Como destaque, pode-se considerar as recentes observações feitas por Freire-Medeiros e Name (2019) sobre o direito à cidade e a constituição de uma “epistemologia da laje” para se tratar do acesso a serviços e moradia digna para indivíduos em regiões periféricas. Em outra vertente, tem-se as análises específicas de sexualidade em instituições e o peso do ‘olhar do outro’ sobre o exercício da identidade – como o que se propõe.

Enquanto de forma mais específica nas produções em Serviço Social, destacamos trabalhos sobre os efeitos de ocultação e revelação observados na família como um “mundo de relações” (Soliva; Silva Júnior, 2014), e na formação de assistentes sociais no nível de Ensino Superior nos cursos de graduação (Barros; Nunes, 2023), em que se evidenciam lacunas importantes a serem observadas, dentre outras diversas outras publicações científicas que unem Teorias *Queer* com Serviço Social, especialmente de caráter internacional. Dessa maneira, já podemos observar a presença de um ponto de partida para que essa interseção seja possível, visto que a Teoria do armário pode ser considerada como parte constituinte das ‘*Queer*’. Entretanto, não foram identificadas tentativas de relacionar essas áreas específicas, dessa maneira, o debate apenas se inicia aqui.



Uma produção tímida se mostrou relevante para a feitura desses escritos, qual seja um Editorial de uma das edições da Revista *Social Work*, que questiona onde o serviço social deve estar na revolução social que envolve grupos historicamente oprimidos, e utiliza dos referenciais da Epistemologia do armário para “chamar à luta” (Hartman, 1993). Entretanto, o posicionamento da autora na década de 1990, apesar de progressista, comprehende a necessidade de se livrar do armário, mas não de vê-lo como estratégia protetiva de pessoas LGBTQIA+. Com isso, é possível identificar que a aproximação entre as áreas em voga já foi iniciada em outro momento, mas que pode se beneficiar de novas perspectivas contemporâneas.

Um outro trabalho que trata sobre o armário, com os referenciais de Sedgwick (1990) é o de Souza (2023) sobre o corpo lésbico em relação com a pedagogia e a formação profissional no serviço social. Trata-se de um posicionamento corporal e comportamental como uma dificuldade pessoal, mas como uma ameaça intencional à hegemonia, que está no ato de colocar um corpo dissidente dentro da academia – algo que pode ser valioso para a formação profissional (Souza, 2023; Barros; Nunes, 2023). É como descreve:

Sair do contraditório armário, embora representasse aparentemente o risco de rejeição, injúria e violência - riscos dos quais na verdade o armário não nos isenta - também significou para mim a resistência e a transgressão necessária à uma prática da liberdade na vida e na academia. Compreendo, portanto, que esse posicionamento de me assumir como uma mulher lésbica em sala de aula seja um posicionamento político, um ato contra-hegemônico de resistir às estratégias de controle dos sistemas normativos de gênero e sexualidade, presentes fora e dentro da universidade (Souza, 2023, p. 66).

O conceito de “armário” pode ser mais bem compreendido por intermédio do jargão popular “sair do armário”, que remete à atividade de um indivíduo de se assumir como algo, revelar uma parte da sua vivência sexual que outrora esteve oculta ao meio em que se encontra. Entretanto, o que Sedgwick (1990) propõe é que os armários não estão presentes apenas nas vidas de pessoas LGBTQIA+, mas se expandem em relação a outros tipos de marcadores, inclusive aqueles que atravessam vivência heterossexuais e cisgênero. Sendo assim, existe uma multiplicidade de armários que podem se manifestar de diversas formas, comportamentos e subjetividades. O que os diferencia na vida de pessoas heterossexuais e não-heterossexuais é o potencial de dano que possuem na vida destes.

É o que destaca a autora:



(...) as pessoas encontram novos muros surgindo ao seu redor, mesmo enquanto dormem: cada encontro com uma nova classe de alunos, para não falar de um novo chefe, assistente social, agente de crédito, proprietário, médico, ergue novos armários cujas leis carregadas e características da ótica e da física exigem, pelo menos dos gays, novas pesquisas, novos cálculos, novos rascunhos e requisições de sigilo ou divulgação. Mesmo uma pessoa gay assumida lida diariamente com interlocutores sobre os quais ela não sabe se eles sabem ou não; É igualmente difícil adivinhar para qualquer interlocutor se, se soubesse, o conhecimento pareceria muito importante. Nem - no nível mais básico - é inexplicável que alguém que queria um emprego, custódia ou direitos de visita, seguro, proteção contra violência, de "terapia", de estereótipo distorcido, de escrutínio insultuoso, de simples insulto, de interpretação forçada de seu produto corporal, pudesse deliberadamente escolher permanecer ou reentrar no armário em alguns ou todos os segmentos de sua vida. O armário gay não é uma característica apenas da vida dos gays. Mas para muitos gays ainda é a característica fundamental da vida social; e pode haver poucos gays, por mais corajosos e fracos que sejam, por mais afortunados que sejam no apoio de suas comunidades imediatas, em cujas vidas o armário ainda não é uma presença modeladora (Sedgwick, 1990, p. 68).

Em outras palavras, em todas as interações e relações pode existir um armário, entretanto o que nos interessa é o da sexualidade e da identidade de gênero, que, conforme dito anteriormente, representam uma possibilidade de prejuízo pela existência de um “segredo aberto”. Considerando esta definição e a variabilidade de armários (visíveis, invisíveis, identificáveis, não identificáveis) e sujeitos (gays, lésbicas, trans e outros), pode-se notar que existe também uma multiplicidade de maneiras com que as relações possam ser prejudiciais. Detenhamos-nos naquelas que mais concernem a atuação de assistentes sociais.

Tendo como pressuposta a necessidade de áreas de envolvimento social aplicado como o Serviço Social, o Direito, e a Administração, tem-se como princípio de que estes envolvem como instâncias paralelas à sociedade, ou seja, devem se movimentar constantemente para atender as demandas que sobrevierem ao corpo social. A tratativa da sexualidade não é distante da tratativa geral dessas disciplinas, no entanto requer diferenciação para que as particularidades inerentes não sejam ignoradas. Dessa maneira, há uma identificação com a atuação profissional do/da assistente social que comprehende criticamente a realidade em que se insere e auxilia na sua alteração (Iamamoto, 2006).

Na observação do Serviço Social, é importante utilizar os próprios instrumentos de regulamentação da profissão para relacioná-la com outras abordagens, como a da Teoria do armário. Nesse sentido, destaco alguns princípios fundamentais presentes no Código de Ética do/da Assistente Social (Lei 8.662/1993), quais sejam:



VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; (...)

XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (CFESS, 1993).

Outro momento de aproximação à diversidade está na Resolução 489/2006 do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), que “Estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social, regulamentando princípio inscrito no Código de Ética Profissional” (CFESS, 2006). Destacamos a presença de deveres e direcionamentos para denúncias e aplicação de sanções, mas além disso, ressaltamos o art. 2º, em que se expressa “(...) da necessidade do respeito dos indivíduos *decidirem* sobre a sua sexualidade e afetividade” (grifo nosso).

A inclusão da “*decisão*” do sujeito como um ponto a ser observado pelo assistente social contempla de maneira bastante específica um dos argumentos referentes aos armários. A possibilidade de escolher um momento para se assumir ou não deve ser uma faculdade do sujeito, tendo em vista a possibilidade de sofrer algum prejuízo na sua esfera privada, ou até mesmo público, pela exposição de uma determinada expressão sexual.

Em paralelo, o que se preza com a valorização da decisão e do direito do sujeito de se autodeterminar, vai de encontro com a luta da categoria contra o conservadorismo presente nos mais diversos âmbitos da sociedade (Souza, 2023).

Pensar em armários não remete apenas à necessidade subjetiva e psicológica de reconhecimentos dos sujeitos. Esta ideologia permissiva de que a dissidência sexual, qualquer que seja, deve ser livre e exposta em *outdoors*, livros e mídias, mas não na cama é um dos pilares que sustentam o capitalismo vigente, e as consequentes desigualdades. A circulação livre do erotismo *diferente* nas instituições heterossexuais (esporte, polícia, política) preocupa e desestabiliza o conceito de “liberal” que acompanha o Estado (Mieli, 2023).

Um questionamento que pode ser levantado é referente a como identificar esse dano em potencial, e, mais especificamente, como percebê-lo na tratativa de políticas públicas e na atuação profissional de um assistente social. Não há de se falar de um roteiro único que possa ser seguido na



interpretação dessa pergunta, porém, existem alguns aspectos do desempenho de agentes em instituições sociais e públicas que podem ser mitigados ou extintos a fim de que se possa aperfeiçoar a tratativa humana digna.

Há algumas “pistas” sobre como proceder no próprio processo de formação, e no Código de Ética Profissional, que mobilizam uma preocupação pela garantia de um bem-estar social, e que deve ser expandido para a transversalidade com os tópicos que envolvem gênero, sexualidade e raça, tanto para o currículo quanto para as capacitações profissionais (Souza, 2023). Além disso, cabe iniciar o debate sobre o que se trata um *segredo aberto*, conceito de Sedgwick (1990), em contato com a construção de um pensamento “(...) que compreenda gênero e sexualidade fora da perspectiva normativa e capaz de desestabilizar certezas, para que possam, estudantes e profissionais, viver suas múltiplas identidades com autonomia (...)” (Souza, 2023, p. 68).

O *segredo aberto*, que existe nesse momento de não-identificação pelo sujeito e tentativa de nominação pelo outro, representa uma lacuna que pode ser preenchida e interpretada de diversas maneiras sob a perspectiva alheia, ou seja, caso eu não assuma verbal e fisicamente determinada sexualidade ou gênero, ela poderá ser atribuída a mim sem que haja qualquer confirmação ou consentimento. Este ato é o que conhecemos, popularmente, como *gaydar* (Neves Júnior, 2022).

Sob um olhar superficial esse segredo aberto pode ser interpretado apenas como uma parte da vivência cotidiana e sem maiores efeitos, entretanto, como mencionado anteriormente, o potencial de dano se torna significativo quando advindo de profissionais. Marcelino (2010), expõe como as vivências sexuais não-heterossexuais era tratadas por um viés patológico, e levava ao silenciamento, e como exemplo, Rocon (2023) cita as reproduções preconceituosas de normas hegemônicas na prestação de serviços de saúde, ou em outros, como o desrespeito ao nome social de pessoas trans e a negação de atendimento.

Primeiramente, é importante destacar a vulnerabilidade de pessoas *queer* no sistema socioeconômico atual, especialmente no que concerne ao acesso à justiça, serviços públicos e exercício seguro da sexualidade. As incidências prejudiciais sobre sexualidade e gênero nos espaços socioambientais em que os assistentes sociais estão inseridos podem se manifestar de diversas maneiras, como preconceito e negação de atendimento, profissionais não capacitados, lógica binária de gênero, tratamento inapropriado, entre outros (Da Silva, 2022). Dessa maneira, retornamos ao que



explanam Barros e Nunes (2023) e Silva (2023), de que a formação acadêmica de uma base teórico-metodológica é essencial para ir além da compreensão estereotípica ou popular das identidades LGBTQIA+. Em paralelo, e inclusive em contato com o posicionamento do corpo de uma professora como instrumento metodológico e didático (Silva, 2023), há a necessidade que Iamamoto (2006) defende de interação com os movimentos sociais.

O exercício de atividades envolvendo discriminação contra pessoas LGBTQIA+, ou a mera presença desses indivíduos nas demandas da profissão, requerem um duplo trabalho a ser realizado: primeiro, solucionar a questão imediata, e depois, romper com o conservadorismo relacionado ao tema (Menezes; Silva, 2017). Entretanto, compreendemos que é necessário superar esse duplo passo de operacionalização para que a atividade seja simultânea. Ou seja, atender a demanda imediata sob uma vertente contrária ao conservadorismo discriminatória.

Isto porque há uma grande quantidade de variáveis que podem influenciar em um atendimento ou na interpretação de uma situação. Até mesmo dentro do próprio exercício da profissão há diverso espaços e funções que podem ser desempenhadas por um graduado em Serviço Social, como cargos de gestão, análise crítica ou intervenção, por exemplo. Trata-se de um desafio, mas é importante manter a análise deste problema que é “(...) tão fundante da “questão social” quanto as diferenças entre as classes, considerando ainda que a questão social não é apenas o acirramento das diferenças entre classes, mas além disso a resistência e organização consciente da classe oprimida” (Peixoto, 2023, p. 48).

Como destaca Da Silva (2022), é evidente que o trabalho e o estudo de assistentes sociais são voltados para a classe trabalhadora, mas é importante ter a compreensão de que esta classe não é única. De outra maneira, esquecer desse fato dificulta a promoção de um atendimento qualificado, de forma que o entendimento da homofobia se torna ontológico, e não como um fenômeno que existe para além da mera violência contra homossexuais.

As possibilidades de intervenção profissional das/dos assistentes sociais no enfrentamento à violência homofóbica são várias, mas também limitadas, e dependem do perfil do profissional, de suas ideias e colocação ético política, bem como das condições de trabalho para a intervenção. As/os assistentes sociais detêm competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas para lidarem com as diversas questões apresentadas pela população LGBTQIA+, entretanto, é preciso que estejam atentas/os às especificidades apresentadas por esses sujeitos (Da Silva, 2022, p. 50).



Paradoxalmente, a competência e as habilidades dos profissionais são colocadas em confronto com a própria lógica estatal, sendo que o Estado é o maior empregador de assistentes sociais (Da Silva, 2022), e visto que também é um dos maiores produtores de ferramentas de disciplina e controle dos corpos e comportamentos. Isto se dá por intermédio de instituição, órgãos, profissionais, discursos, simbolismos e outras diversas maneiras que se adequam à contemporaneidade e às expressões sexuais.

É nesse sentido que o armário pode ser observado por uma de suas categorias, o sistema de duplas amarras. Este sistema, chamado por Sedgwick (1990) de *double binding system* remete aos argumentos contrários, dúbios, ou situações estruturadas e adequadas aos espaços e que são dadas as pessoas de sexualidade e identidade de gênero diversas quando procuram auxílio estatal. É comum que ocorra no sistema jurídico ou na segurança pública, mas não é exclusivo destes.

Este sistema, então, pode ser reproduzido por diversos profissionais, e a cada atitude, discurso ou comportamento hegemônico que se reforça sem criticidade, uma nova dificuldade frente a um armário se cria. Desta maneira:

O Serviço Social é apenas uma profissão no meio de tantas outras que atuam com as demandas de LGBT e que estão diretamente ligados ao processo de atenção a situações de violência, a exemplo da homofobia. Contudo, sua singularidade não fragiliza a necessidade de combater todas as formas de preconceitos e discriminações. Se cultivarmos o respeito, a liberdade, a emancipação e a autonomia como valores humanos que devem ser enfatizados na atividade profissional, este debate e esta forma de atuação se expandirá para as demais profissões, sendo possível viabilizar mais direitos para todos os sujeitos sociais, inclusive a população LGBT (Menezes; Silva, 2017, p. 127).

Em uma ótica de poder, as estruturas componentes da sociedade fazem com que gênero e sexualidade sejam interpretados por discursos com vieses ideológicos específicos, sejam eles políticos, religiosos ou específicos de categorias profissionais. Entretanto, um dos efeitos práticos de não se reconhecer a transitoriedade das identidades sexuais nas intervenções demandadas aos assistentes implica na negação do caráter cultural e histórico da categorização dos corpos, comportamentos e vivências, e de outra maneira, uma afirmação de normas que não permitem a mudança do social (Souza, 2023). Ou seja, ampliam-se desigualdades e perpetuam a lógica de um



espaço que pode ditar quem está dentro e fora da norma, e quem pode ou não acessar serviços, direitos, e/ou ter uma vida segura.

A um nível político, podemos inserir o termo de “capitalismo canibal” como um sistema que devora a democracia e outros direitos, proposto por Fraser (2024), que sugere que o próprio conceito de capital requer revisão, e além deste, o da “contraproposta” socialista. Em termos contemporâneos, a autora ressalta a necessidade de se revisar o que pode e deve ser compreendido como uma alternativa para os malefícios causados pelo capital. Neste processo, é necessário que se reconheça devidamente a questão socioeconômica, mas também a complexidade de problemáticas que a atravessam para que seja efetiva a discussão.

Como uma das principais características que se pode identificar de um sistema de duplas amarras (Sedgwick, 1990) seria a constante imposição de barreiras argumentativas ou políticas impeditivas de mudança. Em outras palavras, ainda que o Serviço Social (ou outra área) busque efetivamente revolucionar a forma de lida com pessoas *queer*, surgirão dificuldades constantes para que o processo de mudança não se inicie, não se perpetue, e que se finde. Com isso, é essencial que elementos pré-existentes sejam valorizados, como é o caso do Código de Ética e as formações críticas e teóricas dos cursos de graduação. Da mesma forma:

A realização de um processo revolucionário carece tanto de um processo de tomada de consciência de classe, quanto compreender que esse processo urge no cotidiano e este, por sua vez, é marcado por bicha preta, travesti sapatona, quilombola, indígena e demais identidades que estejam no front contra a devastação do meio ambiente, do capitalismo predatório de vidas, do racismo e o heterocispatriarcado (Peixoto, 2023, p. 49).

Nesse mesmo sentido, novas formas de se fazer política devem estar impregnadas na formação e no trabalho dos assistentes sociais, como destaca Iamamoto (2006). É evidente que este deve ser um trabalho crítico e que auxilie na redução do “(...) fosso entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social, entre o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais” (p. 5). Afinal, dissociar a vivência segura da sexualidade e do gênero dos fenômenos econômicos pode ser extremamente contraproducente.

Ainda nessa vertente, é importante considerar que, apesar de uma formação voltada para interpretação crítica e perspectiva sociológicos dos fenômenos, o próprio movimento do cotidiano e do corpo social podem influenciar na atuação prática dos profissionais. E é por isso que o domínio



teórico, metodológico e até mesmo conhecimento legislativo e regimental são ferramentas de alta relevância para que se possa observar a realidade com criticidade e criatividade, “isto é o que caracteriza o movimento dialético entre a teoria e a prática” (Peixoto, 2023, p. 48).

No editorial da revista *Social Work* citado anteriormente, Hartman (1993) já manifestava algumas reflexões que servem como guias para uma atuação melhor dentro das instituições de serviços sociais e fora dela, sendo que os assistentes sociais devem sempre estar em posição de questionamento quanto a esses temas e refletir se: alguém da equipe já se assumiu, como foi a experiência, se não assumiu, qual o motivo, como agir se acontecer, como a instituição (qualquer que seja) lida com práticas antidiscriminatórias, qual a dimensão da sexualidade e identidade de gênero na vida dos assistidos e nas demandas que apresentam, entre outros. Ademais, a própria formação guiada pela compreensão de uma existência binária de noções de público e privado, homem e mulher, heterossexual e homossexual (Sedgwick, 1990) devem ser criticadas nos cursos de Serviço Social, não como meras siglas a serem compreendidas, mas como requisitos essenciais de atuação sobre questões do corpo social (Hartman, 1993; Barros; Nunes, 2024).

O benefício geral que se pretende com essa perquirição por uma possibilidade de interação entre Serviço Social e Teoria do armário é refletir sobre a ideia de que o assistente social pode reproduzir um armário prejudicial ou desrespeitar o âmbito privado de um indivíduo, mesmo que de maneira involuntária. Além disso, refletir sobre como a atuação de assistentes sociais munidos de saber teórico e metodológico social podem contribuir na oferta de serviços inclusivos e construção de espaços seguros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o exposto, a atuação do Serviço Social e dos seus respectivos profissionais tem uma importância de alto nível para o aprofundamento das discussões críticas que envolvem os temas de sexualidade, especialmente algo tão sensível como o “armário”. A aproximação da área com temas de diversidade e diferença representam um dos campos mais prolíficos e bem alinhados, bem como constituem uma das vertentes de luta acadêmica. Entretanto, lidar com os armários em específico pode ser uma tarefa diferente e que requer mais aprofundamento.



Por outro lado, a força que possui o Código de Ética do/da Assistente Social (Lei 8.662/1993) e a fiscalização da atuação de profissionais por intermédio das subseções do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) são instrumentos que evidenciam o caminho aberto para melhoria da lida com expressões sexuais. A atuação profissional de assistentes sociais pode ser atravessada por situações que requeriam maior tato e capacitação do que a mera compreensão basilar de sexualidade e gênero.

Não tecemos aqui uma “defesa” do armário, mas é importante evidenciar que compreendemos a importância deste na vida de algumas pessoas como estratégia de autoproteção, e por ter essa noção, importa-se alavancar discussões que possam mitigar seus efeitos negativos. Para que pessoas LGBTQIA+ possam ser politicamente ativas e verdadeiros assistidos pelo Estado, é necessário que exista um nível de segurança para visibilidade e ocultação, que podem ser observados na atuação do Serviço Social, ou em outras profissões como professores, policiais ou magistrados, por exemplo.

Portanto, consideramos que existe uma possibilidade de discussão entre Serviço Social e Teoria do armário, a exemplo da interseção com Teorias *Queer* já existente, que beneficiaria a sociedade por intermédio do desenvolvimento pautado no respeito às identidades, na atuação estatal de salvaguarda, e na garantia de acesso a direitos e políticas públicas. Ademais, também se beneficia a área de estudos por expandir suas vertentes, interpretações, e acepções teóricos e metodológicas. Afinal, compreender a sociedade e atuar no seu interím requer uma variedade de ferramentas e perspectivas.

Por fim, reconhecemos a multiplicidade de identidades e de campos de trabalho em que os profissionais do Serviço Social podem estar inseridos, e por isso, esta discussão tem o intuito de ser uma contribuição para que estudos destes temas aumentem. Instituições, profissões e outros meios de manifestação estatal/social são produtoras e reproduutoras de comportamentos e discursos discriminatórios, dessa maneira, formação e atuação também se beneficiam de um constante aprimoramento acadêmico crítico.

REFERÊNCIAS



BARROS, Jaqueline de Melo; NUNES, Nilza Rogéria de Andrade. Serviço Social e Diversidade Sexual: percursos na formação profissional. **Revista Serviço Social e Realidade**, v. 32, p. 159-172, 2023.

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1992**. Brasília: CFESS, 1993.

CFESS. **Projeto da Campanha O Amor Fala Todas As Línguas** – O assistente social na luta contra o preconceito: Campanha Pela Liberdade de Orientação e Expressão Sexual. Brasília, 2006.

DA SILVA, Thayana Viana. **As possibilidades de atuação da/do assistente social junto à população LGBTQIA+**. 2022. 56 p. TCC (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana-MG, 2022.

DURIGUETTO, M. L.; BALDI, L. A. DE P.. Serviço Social, mobilização e organização popular: uma sistematização do debate contemporâneo. **Revista Katálysis**, v. 15, n. 2, p. 193–202, jul. 2012.

FRASER, Nancy. **Capitalismo canibal**: como nosso sistema está devorando a democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito disso. São Paulo: Autonomia Literária, 2024.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca; NAME, Leo. Epistemologia da laje. **Tempo Social**, v. 31, n. 1, p. 153–172, jan. 2019.

GARCIA, Christien. **An Analysis of Eve Kosofsky Sedgwick's Epistemology of the Closet**. Reino Unido: Macat Library, 2018.

HARTMAN, Ann. Out of the closet: Revolution and backlash. **Social Work**, v. 38, n. 3, p. 245-360, 1993.

IAMAMOTO, Marilda Villela. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. **Serviço Social e saúde**: formação e trabalho profissional, v. 4, p. 161-196, 2006.

MARCELINO, S. R. S. **Questões Contemporâneas**: A Homossexualidade e os Novos Sujeitos Como Desafios Para o Serviço Social. 2015. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:htpp://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1315765266_ARQUIVO_FAZENDOGENERO. Acesso em: 22 de abr. de 2025.

MENEZES, Moisés Santos; SILVA, Joilson Pereira. Serviço Social e homofobia: a construção de um debate desafiador. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 122-129, jan. 2017.

MIELI, Mario. **Por um Comunismo Transexual**: elementos de crítica homossexual. São Paulo: Boitempo, 2023.

NEVES JÚNIOR, Mário Martins. Indexicalidade, poder e metapragmáticas da viadagem: dispositivo gaydar. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 22, n. 4, 2022. p. 1036-1070.

PEIXOTO, Valdenízia Bento. História da violência e abjeção contra LGBTQI+ no Brasil e os desafios para o Serviço Social. In: Duarte, M. J. de O.; IRINEU, B. A.; ALMEIDA, G. S. de; PEIXOTO, V. B.; PAIVA, S. P. (orgs.). **Sexualidades & Serviço Social: Perspectivas Críticas, Interseccionais e Profissionais**. Juiz de Fora/MG: Editora UFJF, 2023. p. 36-50.



ROCON, Pablo Cardozo. Reflexões sobre a dimensão formativa do exercício profissional do assistente social com a saúde LGBT. In: Duarte, M. J. de O.; IRINEU, B. A.; ALMEIDA, G. S. de; PEIXOTO, V. B.; PAIVA, S. P. (orgs.). **Sexualidades & Serviço Social: Perspectivas Críticas, Interseccionais e Profissionais**. Juiz de Fora/MG: Editora UFJF, 2023. p. 234-247.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **Epistemology of the closet**. Berkeley: University of California Press, 1990.

SOLIVA, T. B.; SILVA, J. B. da. Entre revelar e esconder: pais e filhos em face da descoberta da homossexualidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, n. 17, p. 124–148, maio 2014.

SOUZA, Simone Brandão. O corpo lésbico em sala de aula: sobre pedagogias subversivas na formação profissional em Serviço Social. In: Duarte, M. J. de O.; IRINEU, B. A.; ALMEIDA, G. S. de; PEIXOTO, V. B.; PAIVA, S. P. (orgs.). **Sexualidades & Serviço Social: Perspectivas Críticas, Interseccionais e Profissionais**. Juiz de Fora/MG: Editora UFJF, 2023. p. 61-70.